

TÍTULO	Jabutis do Congresso e aumentos na conta de luz
VEÍCULO	Canal Energia
DATA	08/01/2025
AUTORES	Claudio Sales, Eduardo Müller Monteiro e Richard Hochstetler



CLÁUDIO SALES, EDUARDO MÜLLER MONTEIRO E RICHARD HOCHSTETLER,
PRESIDENTE E DIRETORES DO INSTITUTO ACENDE BRASIL

Jabutis do Congresso e aumentos na conta de luz

PL 576/2021 deveria tratar do aproveitamento da fonte eólica offshore, mas foi vergonhosamente piorado na sua tramitação com a inserção de subsídios e reservas de mercado que remete a conta mais cara ao consumidor



08 DE JANEIRO DE 2025, ÀS 10h TEMPO DE LEITURA:

Estamos diante de mais uma ameaça de aumento significativo da tarifa de eletricidade caso o Presidente da República não vete artigos prevendo subsídios ou reservas de mercado para várias fontes de geração de eletricidade.

O Projeto de Lei 576/2021, que deveria tratar do aproveitamento de potencial de geração de energia eólica *offshore*, foi vergonhosamente piorado na sua tramitação com a inserção de subsídios e reservas de mercado que beneficiam poucos às custas dos consumidores de eletricidade.

O texto original já era problemático, pois continha um defeito de origem em seu artigo 20 ao propor uma reserva de mercado (sinônimo de energia mais cara para o consumidor) para a contratação de energia eólica *offshore*. Ou seja, previa leilões exclusivos para a contratação de geração *offshore* sem competir com as demais fontes.

Como se não bastasse, foram inseridas emendas “jabutis” – completamente alheias à temática do projeto de lei original – que nada mais fazem que acolher interesses específicos de grupos de pressão.

São emendas que obrigam a contratação de certos tipos de usinas de geração elétrica, desconsiderando as autoridades responsáveis pelo planejamento setorial – o Ministério de Minas e Energia (MME) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) – e o processo concorrencial que visa à modicidade tarifária.

De forma sintética, os principais “jabutis” constam do artigo 21 e provocam as seguintes distorções:

- (i) prorrogação dos contratos de geração a partir de carvão mineral até 2050, na contramão dos esforços globais para descarbonização das matrizes elétricas;
- (ii) substituição ou criação de reservas de mercado adicionais para pequenas centrais hidrelétricas, usinas eólicas e energia proveniente de hidrogênio líquido, desconsiderando o custo-benefício destas fontes e suas implicações na operação do sistema elétrico; e
- (iii) alteração do preço-teto para leilões de contratação de termelétricas a gás que haviam sido especificadas na Lei de Desestatização da Eletrobras (Lei 14.182/2021), com acionamento obrigatório por 70% do tempo, e considerando apenas o valor da molécula de combustível (desconsiderando o custo dos gasodutos de transporte), o que tem o efeito de elevar o preço total para o consumidor.

O Congresso precisa interromper a prática destes “jabutis” que quebram o planejamento do setor elétrico e resultam em ineficiências, sobreoferta de energia e sobrecustos para os consumidores.

O parlamento já demonstrou que não resiste ao canto das sereias lobistas. Agora nos resta a esperança de o Presidente Lula chamar para si a responsabilidade de vetar os jabutis acima e evitar novos aumentos da conta de luz e da inflação.

Claudio Sales, Eduardo Müller Monteiro e Richard Hochstetler são do Instituto Acende Brasil (www.acendebrasil.com.br)